

UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.656, de 2019 (nº 9.484/2018, na Câmara dos Deputados)

1 dispositivo vetado

Autoria da matéria vetada:

- Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) e Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC)

Relatoria na Câmara:

- Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO): Parecer proferido na Comissão de Educação (CE);
- Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA-PR): Parecer proferido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC);
- Deputado Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO): Parecer proferido na Comissão de Educação (CE);
- Deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS): Parecer de Plenário, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Relatoria no Senado:

- Senadora Teresa Leitão (PT/PE): Parecer proferido na Comissão de Educação (CE).

Ementa do projeto de lei vetado:

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.656, de 2019 (nº 9.484/2018, na Câmara dos Deputados), que "Altera a [Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010](#), que 'dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País', para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)".

Síntese do Veto:

O veto incide sobre dispositivo que trata da aplicação de sanções aos sistemas de ensino por descumprimento do dever de universalização das bibliotecas escolares.

Estudo do Veto nº 6/2024

ITEM 06.24.001

DISPOSITIVO VETADO

§ 1º do art. 3º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, com a redação dada pelo art. 1º do projeto:

O não cumprimento do disposto no “caput” deste artigo acarretará sanções aos sistemas de ensino a serem definidas pelo órgão ou entidade do Poder Executivo federal responsável pela implantação do SNBE.

ASSUNTO

Aplicação de sanções aos sistemas de ensino por descumprimento do dever de universalização das bibliotecas escolares.

EXPLICAÇÃO DO ITEM

O [texto inicial](#) prevê que o não cumprimento, pelos sistemas de ensino no País, do dever de universalização das bibliotecas escolares, até o fim do prazo máximo de vigência do Plano Nacional de Educação, acarretará sanções aos sistemas de ensino a serem definidas pelo órgão ou entidade do Poder Executivo federal responsável pela implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados. No Senado, foi acolhida a Emenda nº 2 – CE, nos termos do [Parecer nº 112/2023](#), da relatora Teresa Leitão, que altera a redação do dispositivo em questão para dispor que o não cumprimento do dever de universalização das bibliotecas escolares até 2028 poderá ensejar ação civil pública, tendo como objetivo o cumprimento de obrigação de fazer. Por fim, a Câmara rejeitou a referida Emenda, restabelecendo o texto original.

RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO

"Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público ao prever a aplicação de sanções aos sistemas de ensino por descumprimento de objetivo que depende de esforços progressivos conjuntos dos entes federativos, em regime de colaboração. Além disso, a redação do dispositivo poderia gerar insegurança quanto à autoridade competente para a definição e a aplicação das sanções e quanto às espécies de penalidades passíveis de incidência."

Ouvido o Ministério da Educação.